

Congresso aprova na LDO isenção permanente no IR

Mudança permite que não seja preciso revalidar a regra

Por Sabrina Fonseca

O Congresso Nacional aprovou, na quinta-feira (30), em sessão conjunta, uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para garantir a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil seja permanente. Com a aprovação da proposta, sai a regra anterior, que estabelecia uma validade de cinco anos, e a isenção passa ser sem limite de tempo. Agora, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PNL) 1 de 2025 segue para sanção presidencial.

A LDO define as regras para a concessão de benefícios tributários, mas, nesse caso, o projeto abre exceções, dispensando a limitação de vigência de cinco anos, a definição de metas e objetivos, e a indicação de um órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação do benefício.

Para o professor de economia João Gabriel Araújo, a ampliação da faixa de isenção reduz a base tributária, além de beneficiar os trabalhadores.

“A ampliação da faixa de isenção para R\$ 5 mil mensais reduz significativamente a base tributária do Imposto de Renda, gerando uma perda relevante de arrecadação para a União. Estimativas mostram que as isenções fiscais federais já representam cerca de 3,3% do PIB (R\$ 320 bilhões em 2022), sendo que só as isenções sobre aposentadorias custam mais de R\$ 70 bilhões ao ano. A medida tende a beneficiar principalmente trabalhadores com renda acima da mediana, agravando a restrição da base do IRPF, que já é limitada por diversas isenções e deduções. Isso



Senado aprovou mudança na LDO a pedido do governo

pode aumentar o déficit fiscal e dificultar o cumprimento das metas do novo arcabouço fiscal, especialmente em um contexto de alta rigidez orçamentária e pressões crescentes de gastos obrigatórios”, analisou.

Isenção

A isenção do IR já foi aprovada pela Câmara dos Deputados no início de outubro, mas ainda deverá passar pelo Senado. O presidente da Casa Alta, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizou que há a intenção de votar nesta semana o projeto. De acordo com ele, o texto pode ser votado na próxima terça (4) ou na quarta-feira (5). Mas antes o texto precisará ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramita.

A ampliação e a manutenção da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil é uma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (PT). Durante as eleições de 2022, Lula se comprometeu a isentar do IR os trabalhadores com rendimentos mais baixos como forma de aliviar a carga tributária sobre a classe média e os assalariados. A aprovação pelo Congresso do projeto que torna essa isenção permanente representa, portanto, o cumprimento de uma das principais metas econômicas e sociais de Lula, algo importante para seu projeto de reeleição em 2026.

Apesar da aprovação da medida sobre o Imposto de Renda, o Congresso Nacional adiou, na semana passada, mais uma vez, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 a pedido do governo, que deve ser votada, agora, apenas em novembro.

Setor elétrico

O Senado também aprovou, na quinta-feira (30), a medida provisória que altera regras do setor elétrico. A proposta, que tem dois eixos principais:

modicidade tarifária, ou seja, manter tarifas mais acessíveis, e segurança energética, com destaque para o armazenamento de energia e a valorização do gás natural como vetor de desenvolvimento industrial e de transição energética.

Uma das mudanças mais importantes é a abertura gradual do mercado de energia: a ideia é que, a partir de determinados prazos, todos os consumidores possam escolher de quem comprar energia, qual fonte (hidráulica, solar, eólica etc.) ou fornecedor, ao invés de ficarem presos à distribuidora local. O cronograma prevê que indústrias e comércios migrem primeiro (por volta de meados de 2026) e que demais consumidores sejam incluídos até 2027/2028.

Outra alteração refere-se aos subsídios coletados via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que financia políticas públicas no setor elétrico.

Sem mais possibilidade de recurso, Zambelli aguarda

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, nesta quinta-feira (30), o trânsito em julgado da condenação da deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) por ter perseguido portando uma arma de fogo um homem pelas ruas de São Paulo, em 2022. Isso quer dizer que não cabem mais recursos que a defesa da parlamentar possam apresentar no processo.

A pena fixada pelos ministros foi de cinco anos e três meses de prisão, inicialmente em regime semiaberto, mas o pagamento de multa de 400 salários-mínimos vigentes à época dos fatos (2022), com devida atualização monetária. A Corte também determina a perda de mandato da condenada, que segue presa na Itália no aguardo da extradição para o Brasil.

Em agosto, Zambelli foi condenada por nove votos favoráveis e dois contrários – os únicos magistrados que votaram parcialmente contra foram André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Ela foi julgada culpada pelos crimes de porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. Nunes Marques e Mendonça alegaram que, como Zambelli possui registro oficial de arma de fogo, ela não deveria ser condenada por porte ilegal, mas por infração administrativa.



Zambelli aguarda decisão italiana sobre sua extradição

Contudo, a maioria dos ministros, que acompanharam o voto do relator ministro Gilmar Mendes, é que, mesmo com licença, “o uso fora dos limites da defesa pessoal, em contexto público e ostensivo, ainda mais às vésperas das eleições, em tese, pode significar responsabilidade penal”.

Condenações

Esta é a segunda condenação contra Carla Zambelli. A primeira, em maio, condenou-a a dez anos de prisão, por ela ter sido mandante de uma invasão hacker no sistema interno do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ), em dezembro de 2023. Na época, ela procurou Walter Delgatti, conhecido como o hacker de Araraquara, para ele invadir os sistemas do CNJ e emitir um mandado falso de prisão contra o ministro do STF e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

Após a condenação do STF, ela fugiu para a Itália, imaginando que poderia ficar livre por ter dupla cidadania. Contudo, após um pedido da Polícia Federal (PF) brasileira, o nome dela foi adicionado na lista de difusão vermelha da Interpol (Organização Internacional de

Polícia Criminal), o que a tornou uma fugitiva internacional, permitindo que ela fosse presa em qualquer lugar do mundo.

Ela ficou dois meses foragida e, no dia 29 de julho, foi presa em Roma, onde permanece até hoje.

Na quarta-feira da última semana (22/10), a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que o Ministério Público (MP) da Itália emitiu um parecer favorável ao pedido de extradição de Zambelli. Agora, o caso corre na Justiça italiana. Portanto, ela não será extraditada automaticamente para o Brasil, terá que aguardar a decisão do Judiciário italiano.

Cassação

O processo de cassação de mandato de Zambelli já deu início na Câmara dos Deputados. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa concedeu cinco sessões para ela apresentar sua defesa. Até o momento, ela participou das sessões por videoconferência.

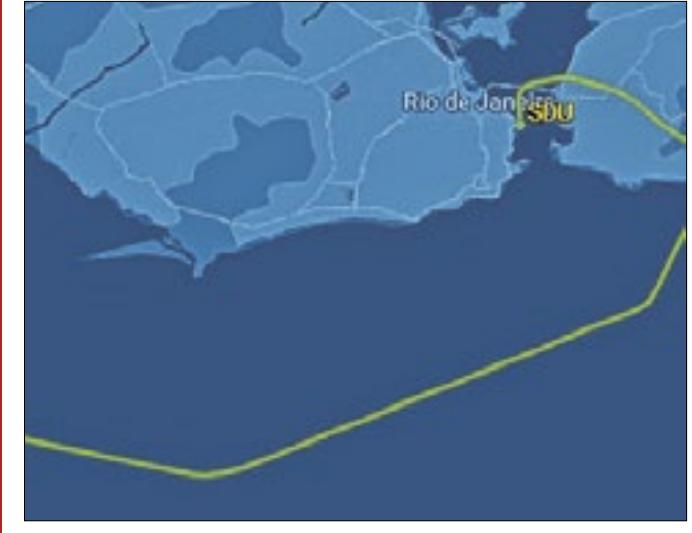
Nos bastidores, a expectativa é que o caso da parlamentar seja votado na comissão até o final de novembro.

Na próxima semana, o presidente da CCJ, deputado Paulo Azi (União Brasil-BA), deve abrir um prazo de cinco sessões do plenário para que o relator da medida, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), apresente o seu parecer.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/site FlightAware



Trajeto de avião da Latam na terça passada

Operação policial fez aviões mudarem de rota

A operação, na terça, nos complexos de favelas do Alemão e da Penha gerou interdição em parte do espaço aéreo da cidade do Rio de Janeiro, alteração que vigorou até quarta. De acordo com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), da Força Aérea Brasileira, a restrição foi solicitada pela Polícia Militar do Rio. O Correio Bastidores constatara a mudança de

rotas de aviões que fazem o trajeto entre Congonhas (São Paulo) e Santos Dumont (Rio).

No site FlightAware, que registra os voos, foi possível verificar que pilotos não sobrevoaram a região onde havia tiroteio.

Antes da Restinga de Marambaia, extremo oeste do Rio, os aviões passaram a fazer uma curva para a direita e utilizaram uma rota sobre o mar.

Notam

A FAB informou que, diante do pedido da PM, foi emitido o Notam (Aviso aos Aeronavegantes) E6219/25. Registros no site Aisweb, do Decea, revelam que foram publicados sete Notams que tratam das restrições a partir das 17h10 de terça (20h10 no padrão UTC, universal).



Reprodução/site FlightAware

Trajeto do mesmo voo da Latam na segunda-feira

Empresas se anteciparam a restrições da FAB

Os Notams foram emitidos no fim da tarde de terça, mas desde cedo que empresas aéreas evitavam a rota habitual da ponte aérea, quase uma linha reta que vai de um extremo a outro da cidade e passa sobre o Complexo da Maré, entre o aeroporto Tom Jobim e as favelas do Alemão e da Penha. De acordo com quatro

Notams publicados na quarta, as restrições foram levantadas a partir das 17h47 — 14h47 no horário de Brasília.

Registros do FlightAware mostram que companhias aéreas continuaram, por mais algumas horas, a usar rotas alternativas. Segundo o Decea, não houve impactos no controle de voos.

Demora

A opção pela segurança fez com que companhias gastassem mais combustível, já que os percursos ficaram mais longos. Voo que chegam a ser feitos em 37 minutos duraram mais de 50 minutos; um deles permaneceu no ar por uma hora e vinte e nove minutos.

Sem medo

Pré-candidato à reeleição em 2026, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) diz não temer a possibilidade de perder para o governador Cláudio Castro, fortalecido pela operação policial, a segunda vaga do partido para a disputa (a primeira ficará com Flávio Bolsonaro).

Ativos

As restrições foram canceladas pelo Notam E6278/25, que deu por expirado o E6219. Mesmo com voos normalizados, avisos referentes aos aeroportos Santos Dumont e Roberto Marinho (Jacarepaguá) e à Base de Santa Cruz constavam como ativos na tarde de ontem.

Ironia

“Não escolho adversários. Construo o meu mandato e apoio tudo que for bom para o meu estado”, afirma. Ele elogia a iniciativa do governador de bancar a incursão policial, mas ironiza: “Pena que no final de um governo. Mas ele tem cinco meses para deixar algum legado”.